

Bancários reivindicam prioridade na vacinação



A categoria bancária está na luta para ser considerada um dos setores prioritários no Plano Nacional de Imunização (PNI) contra a covid-19. Várias entidades pressionam as autoridades federais e estaduais e está sendo elaborado um abaixo-assinado virtual que cobra a inclusão da categoria no grupo prioritário para a imunização.

Em ofício encaminhado ao ministério da Saúde, a Contraf-CUT sustenta que a priorização se justifica diante das agências bancárias com aglomeração de pessoas e filas no autoatendimento, bem como nos serviços de caixa e áreas de gerência e negócios.

É uma reivindicação justa, de acordo com Nivalda Sguisardi, coordenadora política do Pactu e diretora do Seeb Campo Mourão.

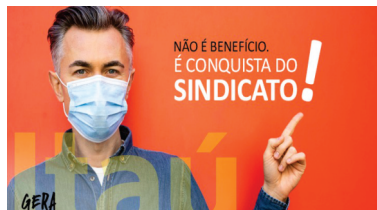
“Mesmo quando há lockdown decretado no município, o atendimento bancário é incluído entre os serviços essenciais e os bancários têm que ir até as agências, onde atendem muita gente no pagamento das aposentadorias e pessoas que não conseguem usar o cartão ou que não sabem usar os canais digitais. Assim, muitos bancários estão sendo contaminados com a covid-19”, alerta a dirigente. Mais informações sobre esse assunto em www.pactu.org.br

Pressão faz Itaú ceder, reduzir atendimento e suspender visitas

Os bancários do Itaú conquistaram um importante avanço na última reunião de negociação entre a Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú e a direção do banco, realizada na semana passada.

A principal conquista é a garantia de 25 pontos no programa de remuneração variável (GERA), para os trabalhadores afastados no período da pandemia e durante os feriados antecipados, nas cidades em que isso acontecer.

Outras reivindicações aten-



didadas foram a suspensão das visitas a clientes externos e a redução do horário de atendimento das agências para até as 14h. O banco prometeu ainda reforçar o uso a máscara dupla e providenciar a higienização das agências. Mais informações em www.pactu.org.br

CAIXA

TRT avaliação ação sobre o concurso 2014



O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF/TO), irá avaliar no próximo dia 7 de abril, o julgamento da Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho que trata da contratação dos concursados da Caixa de 2014. A Contraf-CUT e a Fenae atuam como Assistentes do MPT, que é o autor da ação.

Em julgamento recente, o Tribunal de Contas da União (TCU) considerou ilegais as admissões de bancários da Caixa que ingressaram na empresa por intermédio de ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho. A expectativa agora é que a justiça mantenha o que foi decidido em 1ª instância. Mais informações em www.pactu.org.br

Contraf-CUT cobra correção da PLR na Caixa

A Contraf-CUT e a Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa) estão cobrando da direção do banco um esclarecimentos quanto ao pagamento da PLR Fenaban e PLR Social aos empregados. Após apuração, no Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas (Dieese) verificou que a Caixa pagou a PLR Social com base na divisão linear entre todos os empregados de 3% do lucro líquido, e não de 4%, como determina o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). A perda pode chegar até a R\$ 1.593,00, dependendo do empregado. Os representantes dos empregados consideraram o erro “absurdo e lamentável!” e cobram urgente reparação. Mais informações no portal www.pactu.org.br

“Centrão” cobra a conta, mas quem paga é a população

Na votação do projeto de Orçamento Geral da União de 2021, na semana passada, parlamentares aliados do presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL), retiraram mais de R\$ 26 bilhões de setores prioritários do serviço público para bancar emendas parlamentares. Em outras palavras, o Congresso Nacional retirou recursos preciosos do seguro-desemprego, da Previdência Social, da educação, da saúde, do meio ambiente, dos programas de apoio à agricultura, do abono salarial e até do IBGE, inviabilizando a realização do censo demográfico. Essa grande quantidade de dinheiro será utilizada em forma de emendas parlamentares para execução de projetos eleitorais, visando as eleições de 2022. É o preço que o “centrão” cobra pelo apoio político ao governo Bolsonaro. O problema é que a conta será paga por milhões de brasileiros que já estão sofrendo muito com a crítica situação econômica, sanitária e social do Brasil. E, se não bastasse a sangria de verbas na área social, o orçamento aprovado abre brechas para mudanças prejudiciais aos trabalhadores no pagamento do auxílio-doença e do seguro-desemprego. O relator do projeto, senador, Márcio Bittar (MDB-AC), quer transferir a responsabilidade desse pagamento para as empresas, em troca da redução de impostos. Porém, muitas empresas podem simplesmente não pagar o auxílio-doença e o trabalhador ter de recorrer a ações judiciais para receber um direito que já é dele, além do risco de perder o emprego em retaliação. Mais detalhes em www.cut.org.br

Banco do Brasil

Funcionários voltam a cobrar revisão da Limaca e da coparticipação na Cassi

Representantes dos funcionários do Banco do Brasil reforçaram a cobrança por um posicionamento da diretoria da Cassi, sobre a ampliação da lista de materiais e medicamentos abonáveis (Limaca) e a redução dos valores de coparticipação. A redução da coparticipação dos funcionários do BB à Cassi é um compromisso feito em mesa de negociação. A proposta é retomar os índices de coparticipação praticados em 2018. Sobre a Limaca, a diretoria da Cassi se comprometeu a apresentar uma nova lista até maio. Mais informações em www.pactu.org.br

Democracia sob ameaça



Por Joel Guedes (*)

Uma manobra regimental do presidente da Câmara Federal, deputado Artur Lira (PP/AL), com outros deputados de partidos do centrão, vai ressuscitar um projeto de lei de 2016, de autoria do então deputado federal Jair Bolsonaro (ex-PSL). Engavetado na época, o projeto foi recriado em 2019 pelo deputado Major Vitor Hugo (PSL/GO), mas essa versão também não avançou nas comissões da Câmara. Agora, Lira está criando uma “comissão especial” para acelerar a tramitação e a aprovação da matéria.

Aparentemente, a lei objetiva combater o terrorismo no país, mas na prática será um instrumento de controle da sociedade civil, pois poderá ser usada para reprimir manifestações democráticas e criminalizar lideranças e movimentos sociais que se manifestarem publicamente contra o governo. Nos últimos meses, mesmo sem essa lei, várias pessoas foram presas pelo Brasil a fora, por se manifestarem democraticamente contra Bolsonaro. O caso mais notório envolveu o blogueiro Felipe Neto, processado porque chamou o presidente de genocida em alusão à omissão de Bolsonaro no enfrentamento da crise da covid-19 no país. Com a “lei antiterrorismo” esse tipo de repressão tende a aumentar.

Nos bastidores de Brasília

comentam-se que tanto Bolsonaro quanto os parlamentares do centrão têm pressa na aprovação da lei. Isso demonstra o medo do presidente e de seus aliados com manifestações públicas que poderão ocorrer em todo o país, contra o governo e as atrocidades que ele comete, assim que a população estiver vacinada contra a covid-19.

Sem capacidade de governar e demonstrando constante desequilíbrio emocional, Bolsonaro prova outra vez que sua única estratégia é perseguir seus críticos e opositores. Com o apoio do centrão, essa atitude covarde poderá em breve estar amparada em lei. Não dá pra esperar outra coisa de um presidente que espalha mentiras entre os seus seguidores e chama as Forças Armadas de “meu exército”. Bolsonaro não passa de uma grande ameaça à nossa recente e frágil democracia. Medo é a palavra que resume tudo, mas a esperança há de vencer novamente!

Bolsonaro não passa de uma grande ameaça à nossa recente e frágil democracia...

(*) **Joel Guedes, jornalista independente, editor do Jornal Pactu há 23 anos, credenciado na Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e registrado na Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia sob o MTb 11703.**